

O processo da participação popular neste estudo pode ser avaliado pelo levantamento do quantitativo de projetos que envolvem a comunidade e a sociedade civil organizada nas ações de planejamento, execução e avaliação das atividades de esporte e lazer, além de informações de caráter qualitativo sobre a forma de participação.

Os dados revelam a participação da comunidade em cerca de 50% das ações de esporte e lazer nas políticas públicas estudadas, sendo a maior incidência na execução, seguida da participação em avaliação e por último em atividades de planejamento das ações de esporte e lazer.

Os organizadores

Apoio



Realização

Patrocínio



Artemis de Araújo Soares  
Paulo Cesar de Lima  
Almir Liberato da Silva

José Cardoso Neto  
Paulo Cesar de Lima  
Adriene Corrêa da Silva

Diagnóstico de Esporte e Lazer  
na Região Norte Brasileira

# Diagnóstico do Esporte e Lazer na Região Norte Brasileira - o existente e o necessário

Artemis de Araújo Soares  
Almir Liberato da Silva  
José Cardoso Neto  
Paulo Cesar de Lima  
Adriene Corrêa da Silva

Organizadores



Presidente da República  
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro do Esporte  
ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer  
REJANE PENNA RODRIGUES

Diretora do Departamento de Ciências e Tecnologia do Esporte  
LEILA MIRTES SANTOS DE MAGALHÃES PINTO

Diretora do Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer  
CLAUDIA REGINA BONALUME

Coordenadora Geral de Tecnologia, Cooperação e Intercâmbio  
PATRÍCIA ZINGONI

**Diagnóstico do  
Esporte e Lazer  
na Região Norte Brasileira -  
o existente e o necessário**

Departamento de Ciências e Tecnologia (DCTEC)  
Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL)  
SAN quadra 03, lote A, sala 1250, 1.º andar Ed. Dnit  
Brasília/ DF Cep: 70040-902  
Tel.: 61 3412-6870

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente:

Dr. Henrique dos Santos Pereira

Membros:

Dr. Antônio Carlos Witkoski

Dr.ª Valéria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

Dr. Spartaco Astolfi Filho

Dr. Edleno Silva de Moura

Dr. Domingos Sávio Nunes de Lima

Dr.ª Elizabeth Ferreira Cartaxo

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Antônio Marmoz (Université de Versailles)

Antônio Cattani (UFRGS)

Alfredo Bosi (USP)

Spartacus Astolfi (Ufam)

Boaventura Sousa Santos (Universidade de Coimbra)

Bernard Emery (Université Stendhal-Grenoble 3)

Cesar Barreira (UFC)

Conceição Almeida (UFRN)

Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP)

Gabriel Conh (USP)

Gerusa Ferreira (PUC/SP)

José Vicente Tavares (UFRGS)

José Paulo Netto (UFRJ)

Paulo Emílio (FGV/RJ)

Élide Rugai Bastos (Unicamp)

Renan Freitas Pinto (Ufam)

Renato Ortiz (Unicamp)

Rosa Ester Rossini (USP)

Renato Tribuzi (Ufam)



Diagnóstico do  
**Esporte e Lazer**  
na **Região Norte Brasileira** -  
o existente e o necessário

Artemis de Araújo Soares  
Almir Liberato da Silva  
José Cardoso Neto  
Paulo Cesar de Lima  
Adriene Corrêa da Silva

Organizadores

Copyright © 2011 Universidade Federal do Amazonas

Reitora: Márcia Perales Mendes Silva

Editora: Iraildes Caldas Torres

Revisão Português: Benayas Inácio Pereira

Capa, Projeto gráfico e Editoração: Luciana Freire Braga do Nascimento

Revisão Técnica: Cinara Cardoso

Catálogo na Fonte

Soares, Artemis et. al. - (org.)

Diagnóstico do Esporte e Lazer na Região Norte Brasileira - o existente e o necessário/ Artemis Soares, Almir Liberato, Paulo César de Lima, Adriane Corrêa da Silva e José Cardoso (Organizadores) – Manaus: Edua, 2011.

210 p. : il. ; 21 cm

ISBN 979-85-7401-529-3

1. Políticas Públicas. 2. Esporte e lazer I. Título.

CDU: 37.014

EDUA

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3.000 - Campus Universitário -  
Coroado I, Manaus-Am

Telefax: (0xx) 92 3305 4291/ 3305 4290

e-mail: edua\_ufam@yahoo.com.br

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO .9

PARTE 1 - CONVERSANDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE  
E LAZER: .13

Esporte e Lazer como necessidade Humana: Inflexões .14

*Douglas da Cunha Dias*

*Zaira Valeska Dantas da Fonseca*

Acessibilidade e Inclusão Social nas Políticas de Esporte e  
Lazer .28

*Mirleide Chaar Bahia*

*Paulo César de Lima*

A Participação Popular nas Políticas Públicas de Esporte e  
Lazer .43

*Fátima de Souza Moreira*

PARTE 2 - INVESTIGANDO A AMAZÔNIA: .61

Diagnóstico do acesso ao Esporte e Lazer da População do  
Estado do Amazonas por meio das Políticas Públicas .62

*Artemis Soares*

*Almir Liberato*

*José Cardoso*

## APRESENTAÇÃO

É inquestionável a ausência de informações sobre das políticas públicas de esporte e lazer na região Norte do Brasil, sendo motivo de atenção e porque não dizer de preocupação dos dirigentes da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte - Sendel.

Sentindo a necessidade de cobrir essa lacuna os dirigentes da SENDEL programaram o levantamento das condições reais das políticas públicas de esporte e lazer implementadas na Região Norte do Brasil, através do “*Diagnóstico do Esporte e Lazer na Região Norte Brasileira - o existente e o necessário*”, projeto da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte, coordenado pela Universidade Federal do Amazonas tendo como colaboradores a Universidade Federal do Pará e o Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho.

Um dos aspectos relevantes desse trabalho é sem dúvida, a identificação dos municípios da região Norte nos seus aspectos físicos registrando-se as características peculiares de uma região de floresta e de rios além de elucidar as suas reais necessidades de políticas públicas de esporte e lazer.

Acresça-se que o conhecimento produzido a partir dos resultados encontrados poderá proporcionar um modelo de gestão de programas de esporte e lazer para subsidiar a elaboração de ações educativas devidamente adequadas aos diferentes níveis e especificidades da população em suas diversas faixas etárias, principalmente às comunidades populares que vivem em condições de vulnerabilidade.

O processo de coleta privilegiou a oficialidade: as secretarias de Estado de Esporte e Lazer, secretarias municipais de Esporte, secretarias de Estado da Educação, secretarias municipais

Diagnóstico do Acesso ao Esporte e Lazer da População do Estado do Pará por meio das Políticas Públicas .130

*Paulo César de Lima*

*Fátima de Souza Moreira*

*Douglas da Cunha Dias*

*Mirleide Chaar Bahia*

*Ana Cristina Pimentel Carneiro Almeida*

*Zaira Valeska Dantas da Fonseca*

Diagnóstico do Acesso ao Esporte e Lazer da População do Estado de Rondônia por meio das Políticas Públicas .166

*Adriane Corrêa da Silva*

*Bárbara Zorek*

*Eliane Elícker*

*Francisco Tadeu Reis de Souza*

*Jairo Farias Cabral*

*Jeferson Cardoso da Silva*

*Leila Aparecida Evangelista*

*Lilian Catiúscia E. Firme*

*Missaela Padilha e Silva*

SOBRE OS AUTORES .201

de Educação (capital e interior), federações esportivas e ligas esportivas municipais, associações de bairro, escolas municipais e estaduais, conselhos municipais e estaduais, entidades culturais além de outras que se manifestam por meio de documentos oficiais referentes a políticas públicas.

Nossa intenção é apresentar os dados finais desse trabalho como material fidedigno para subsidiar o poder público, as universidades e demais órgãos interessados na temática com informações seguras para discurtir a elaboração e a realização de políticas públicas de esporte e lazer além de ações que possam contribuir para a tão discutida qualidade de vida da população, através da transformações positivas e duradouras na sociedade.

A obra está distribuída em dois blocos:

O primeiro bloco intitulado CONVERSANDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER, apresenta uma abordagem sobre o lazer como direito social no Brasil, a questão da acessibilidade e inclusão social além da participação popular nas políticas públicas de esporte e lazer. Esse material, colaboração dos nossos colegas da UFPA, foi reconhecido pela equipe de pesquisadores como útil para enriquecer o entendimento das questões das Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Já o segundo bloco dividido em três partes, intitulado INVESTIGANDO A AMAZÔNIA, registra a essência da obra, resultado das pesquisas de campo realizadas nos três Estados. A abordagem inicia com a descrição do processo de coleta passando pela caracterização das localidades, finalizando com os dados recolhidos.

Sabemos que é notória a dificuldade para realizar pesquisa de campo nas cidades do interior na região Norte dada a sua característica de região de água abundante e floresta densa, onde os deslocamentos são feitos com muita dificuldade e demora.

Registre-se que as equipes souberam vencer essas dificuldades de forma elogiável.

Entendemos que este é um trabalho pioneiro do Ministério do Esporte e que merece destaque pela importante contribuição que trará em se tratando de informação científica, portanto, segura.

CONVERSANDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS  
DE ESPORTE E LAZER

## 1. ESPORTE E LAZER COMO NECESSIDADE HUMANA:

### INFLEXÕES.

Douglas da Cunha Dias<sup>1</sup>

Zaira Valeska Dantas da Fonseca<sup>2</sup>

### APROXIMAÇÕES INICIAIS

Não parece equivocado supor que ao longo das duas últimas décadas vem-se observando no Brasil a defesa de que as vivências em esporte e lazer são necessidades humanas tanto quanto direitos do cidadão, o que vem proporcionando importantes avanços às mesmas. A própria Constituição brasileira de 1988, no artigo 217, diz ser *dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e não-formais como de direito de cada um [...]* (BRASIL, 1988). Diz também o mesmo artigo, em seu último parágrafo, que o *poder público incentivará o lazer como forma de promoção social*. Como podemos observar, é nítido o entendimento de que através da vivência em esporte e lazer é possível a promoção social. Associar tais vivências à cidadania passa a ser um discurso poderoso e, muitas vezes, não só carregado de ideologia como também desprovido de respaldo acadêmico-científico.

A presença do esporte e do lazer como direitos sociais trouxe como uma de suas consequências a aprovação de o Regulamento Geral da Conferência Nacional do Esporte. Assim, a Conferência Nacional do Esporte carregando em sua essên-

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela UGF-RJ, Doutorando em Educação pela Unicamp. Docente da UFPA e pesquisador do Lacor/UFPA/Rede Cedes.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela UFPA, Docente substituta da UFPA e pesquisadora do Lacor/UFPA/Rede Cedes.

cia a democratização do acesso ao esporte e ao lazer e, para tal, propôs princípios e diretrizes voltados à elaboração da Política Nacional do Esporte e do Lazer. Outro desdobramento foi a criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, cujo princípio fundamental é o regime de colaboração efetiva entre a União, os Estados e municípios, sendo enfático no que diz respeito à municipalização.

Ao incorporar o esporte e o lazer como direitos sociais, tendo como eixo norteador o processo de democratização do acesso a tais universos, o Sistema Nacional de Esporte e Lazer entende-se como quem

articula, integra, promove e estabelece relações éticas de parcerias entre as entidades da sociedade civil, instituições públicas e privadas, em torno do esporte educacional, de participação e de rendimento [...] (BRASIL, 2008, s/p).

Por outro lado, e ainda na perspectiva de apontar avanços na área do esporte e do lazer no Brasil, embora tenhamos afirmado, parágrafos acima, que há muito de ideologia e pouco de estudo acadêmico-científico na fundamentação de serem as vivências em esporte e lazer direito e necessidade humana, parece-nos claro o crescimento desses estudos, quer seja sob o viés das ciências humanas aplicadas, ou através do olhar das ciências da saúde, por exemplo. Ao aproximarmos-nos do final da primeira década do século XXI é possível observar a difusão da ideia de que a demanda por atividades esportivas e de lazer atinge limites até então pouco críveis, o que, supomos, tem um vínculo direto com os resultados e divulgação dos estudos nessa área.

Outro enfoque merece destaque: o discurso (quer seja ideológico, científico ou de senso comum) diz e repete, dia após dia,



ser a prática sistemática de atividades físicas, inclusas aí as esportivas e de lazer, fundamental ao alcance da excelência em qualidade de vida. *Pari passu*, o Governo Federal vem, ao longo dos últimos oito anos, investindo em políticas voltadas ao esporte e lazer por meio de Programas como o Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), com ações por todo o território brasileiro.

Uma análise preliminar do contexto até aqui apresentado pode ser sintetizada em quatro pontos:

No Brasil, constrói-se o entendimento de que as práticas esportivas e de lazer são essenciais ao cidadão e à própria conquista da cidadania;

A articulação entre discursos acadêmicos, ideológicos e de senso comum, entre outros, sobre esporte e lazer gera uma crescente demanda por tais atividades, apontando para a existência de uma possível incorporação de tais vivências ao cotidiano do brasileiro;

O poder público, o universo acadêmico e a população como um todo, começam a entender que as vivências em esporte e lazer são fundamentais à aquisição de uma melhor qualidade de vida;

Há um claro investimento por parte do Governo Federal em políticas voltadas à disseminação das vivências de esporte e lazer em todo o Brasil, ampliando assim o acesso às mesmas.

Entretanto, não nos satisfaz uma análise preliminar. Com efeito, pensamos ser importante buscar possíveis tensões nesse universo, gerando tensões outras, rumo à ruptura com um posicionamento equivocado e que julgamos presente, tanto no campo dos estudos do esporte e lazer quanto nos discursos oficiais da União, Estado e municípios: considerar o acesso ao esporte e ao lazer enquanto direito social como fato já consolidado ou em vias de o ser.

Além de essa ruptura, consideramos fundamental o tensionamento, de caráter filosófico, sobre o direito social em si,

quando pensado em termos de acesso ao esporte e lazer. Por isso, propomo-nos discutir a vivência de lazer e esporte como necessidade humana em essência, o que justificaria, assim supomos, a inclusão desses como direitos sociais. Ou seja, ao defenderem o binômio esporte-lazer como direito social, os discursos oficiais o fazem porque julgam tais vivências como necessidades do ser humano? E, ainda, uma necessidade entendida a partir de quais referenciais?

Há vinte e dois anos nossa Constituição dotava de relevância as práticas em esporte e lazer. Muito já foi e continua a ser dito. É preciso pensar o que não foi pensado, refletir sobre o que não foi refletido. É preciso mesmo lançar olhares outros. Eis o que nos propomos com o estudo que aqui se inicia.

Enquanto espaço de reflexão acadêmica por excelência, o presente capítulo, partindo do proposto, quer-se *locus* gerador de tensões que sejam capazes de, quem sabe, abrir lacunas e/ou trazer novas possibilidades de abordagem crítica ao campo aqui investigado.

Desse modo, o presente estudo fará inflexões sobre esporte e lazer com a seguinte estrutura: inicialmente, e à luz de Michel Onfray, defenderemos as vivências em esporte e lazer norteadas sob a égide da *virtù* como fundamentais à formação de uma cidadania crítica. Em seguida, discutiremos lazer e esporte como direito social no Brasil, tomando como referencial os estudos de Padilha (2006), Marcellino (1996, 1997) e Linhales (1997, 2000) Prossigamos, então.

#### ESPORTE E LAZER À LUZ DE MICHEL ONFRAY: POR UMA PERSPECTIVA DE *VIRTÙ*

As vivências em esporte e lazer são múltiplas e guardam em si particularidades e similaridades, passíveis então de estu-

dos diversos, sob diferentes enfoques. Para delimitarmos nossas análises, a dimensão esporte será aqui entendida na perspectiva do esporte moderno, que tem como características básicas, segundo Valter Bracht: *competição, rendimento físico-técnico, Record, racionalização e cientificização do treinamento*. (BRACHT, 1997, p.10) Além disso, considerar-se-á o esporte em sua dimensão de performance, pelo fato de considerar que esta característica é elemento comum e geralmente norteador das vivências esportivas, mesmo quando pensamo-las sob a lógica da conceituação presente na Constituição Federal de 1988, ou seja, desporto-performance, desporto-participação e desporto-educação.

Introdução feita, partamos ao nosso tensionamento: as vivências de esporte e lazer entendidas, radicalmente, sob a perspectiva da *virtù* presente em Michel Onfray. A distinção entre virtude e virtuosidade (*virtù*) defendida por Onfray é fundamental para o desenvolvimento de nossas inflexões. Assim, diz-nos o filósofo que, distante

[...] da virtude embrutecedora do cristianismo, aquela que glorifica o ideal ascético e se propõe a extinguir, a *virtù* é incandescente, brasa e fogo. Ela induz a virtuosidade [...]. Talentoso, hábil e superior nos seus feitos e gestos, o virtuose marca o real com seu selo, imprime um estilo e revela caminhos por nenhum outro usados. Com ele se manifestam novos métodos, novas genealogias [...] (ONFRAY, 1995, p. 37)

Entendemos, a partir de Onfray, que as vivências em esporte e lazer precisam trazer em si a virtuosidade, tendo sua ética e estética alicerçadas sobre princípios de emancipação e autono-

mia. Trata-se, também, em romper com o modelo de esporte, e em certo sentido com o de lazer, que visa somente a estabilização da lógica da exclusão pelo rendimento-*performance*. A Escola de Frankfurt, nos idos da década de 1960-1970, já defendia a tese de que o esporte, por estar estruturado sobre a racionalidade técnica-instrumental, era fundamental ao processo de coisificação-alienação. (BRACHT, 1997)

Contrapondo-se a tal modelo, movidos pela *virtù*, esporte e lazer seriam partícipes na formação de uma cidadania crítica, fundamentada no lúdico, no artístico, no sensível, etc. Podemos afirmar então que, assim entendidos, esporte e lazer incorporariam

o modelo estético de forma nietzschiana e a intuição, rica, de que uma estética se constrói pelo peremptório, pelo afirmativo, pelo poético, pelo exemplar, pelo inefável. A álgebra contra o poema, o silogismo contra a inspiração. O matemático contra o artista. (ONFRAY, 1995, p. 25)

Trata-se aqui não de afirmar que o esporte (fundamentalmente o que por muitos é entendido como de rendimento) é fundamentalmente, ou a princípio, um espaço voltado à alienação, um poderoso instrumento de reprodução e massificação de ideologias neoliberais. Não! Defende-se aqui ser o esporte, tanto quanto o lazer, *locus* privilegiado para a formação de cidadania; necessidade e direito social, sim, desde que norteados pelo princípio da virtuosidade.

Nosso segundo tensionamento surge das análises de Onfray voltadas ao mundo das artes, quando diz aí existirem duas vertentes, fundamentalmente éticas e estéticas, que se opõe. Dessa forma, temos o filósofo afirmando existir, no campo das artes, a

tensão entre uma vertente fascinada pelo niilismo e pela magreza tanto quanto por uma ética da tísica, e outra, que tem na energia, no movimento centrípeto seus princípios. A primeira seria movida pelo esgotamento; a segunda, pela expansão.(ONFRAY, 1995).

Deslocando o olhar ao campo de nossas análises, entendemos os valores norteadores das práticas esportivas, nesse caso, mais do que as de lazer, não o fascínio pelo niilismo e pela magreza, ou mesmo pela ética tísica em si. Entretanto, embora guardando significativas diferenças, não seriam a obsessão e o encantamento pelo rendimento, a busca a todo custo do recorde, a dependência cada vez mais umbilical da exposição midiática, o fascínio do *citius, altius, fortius*, essencialmente, formas de esgotamento em si? Esgotamento no sentido da efemeridade do sucesso, da velocidade estonteante com que surgem e desaparecem ídolos esportivos. Esgotamento no sentido do impulso ao consumismo desenfreado, espécie de fome que não vê limites, e prossegue.

Esporte e lazer são necessidades humanas? Necessários a quê? Esporte e lazer são direitos sociais, garantidos constitucionalmente. Mas, sob quais princípios? Ao longo dos últimos anos, de crescente estímulo às vivências esportivas e de lazer como fator de inclusão social, o que e a partir de que se vem educando? Estaria a virtuosidade no cerne da formação via esporte-lazer no Brasil, ou estaríamos diante de novas roupagens do antigo *panis et circenses*?

A formação virtuosa quer a excelência de todo instante, quer consumir a si centripetamente, buscando o singular de sua existência, para então, como quer Onfray, extrair da estética do existir a estetização da vida. Eis a necessidade que defendemos. Eis, defende-se aqui, o *motus*, a seiva e o sentido do esporte e do lazer como necessidade humana.

Passaremos agora a discutir a concepção de lazer como direito social no Brasil.

## O LAZER COMO DIREITO SOCIAL NO BRASIL

Como já foi dito no início do capítulo, no âmbito das políticas públicas o Lazer tem se constituído no Brasil como um setor ainda em construção. No entanto, pelo menos duas perspectivas podem ser identificadas na forma como o lazer pode vir a ser tratado pelo Estado, tendo como cenário a conjuntura da sociedade capitalista. A primeira coloca o lazer no campo de atividades de consumo, isto é, como mercadoria. A segunda aponta para o entendimento do lazer qual direito social público.

Sobre esta dupla face assumida pelo lazer na sociedade capitalista, Padilha (2006) afirma a importância de compreendê-lo como:

[...] um fenômeno social que, por estar inserido numa sociedade contraditória, é, ele também, cheio de contradições. Assim, o lazer é um tempo que serve tanto para o consumo manipulado pela publicidade que prioriza o lucro dos capitalistas como para a possibilidade de transformar-se em tempo de reflexão e práxis. (PADILHA, 2006, p. 147)

Dessa forma, tem-se o lazer visto como atividade, o qual vem sendo desenvolvido tendo como foco principal o divertimento, a distração e o descanso, como atividades de compensação às horas trabalhadas e o lazer como possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

No que concerne a primeira perspectiva, Marcelino (1997), diverge da visão que coloca o lazer e os valores a ele concernentes em oposição aos valores do trabalho. Para ele enfatizar apenas os valores de uma das dimensões, quais sejam a do lazer ou do trabalho, é compreender o homem de maneira parcial. Sendo assim, continua Marcellino (apud MOREIRA, 1999, p. 22)

é preciso superar esta visão e compreender o lazer como cultura, em todas as suas dimensões, vivenciado no “tempo disponível”, e que não seja considerado em contraposição, mas em estreita ligação com o trabalho e com as demais esferas da vida social do homem. (apud MOREIRA, 1999, p. 22)

Diante do exposto acima, é possível entender que o lazer não se trata apenas de um conjunto de atividades realizadas tendo como critérios escolhas individuais com vistas à satisfação pessoal, é fundamental compreender que tais escolhas se realizam no contexto de influências e determinações promovidas pelas relações e contradições da sociedade (PELLEGRIN, 2006).

Porém, na sociedade contemporânea é comum, em vista da priorização do lucro, a idealização do lazer pela disseminação da ideia de que o tempo de lazer é o tempo da vivência da alegria, da felicidade, como um tempo que nega e que se separa de outros tempos da vida. Sobre isso Pellegrin (op.cit, p.108) explica que:

No mundo em que vivemos hoje, além dessa idealização do lazer como tempo e espaço de evasão e ruptura com uma sociedade para qual os homens e mulheres têm cada vez mais dificuldades de formular respostas, um outro movimento nos puxa para o real e para o concreto de maneira perversa: a possibilidade de tornar-se consumidor; o ato de “consumir” aparece

como essencial, como saudável, como um desejo quase vital. O sujeito nem consome mais pelo significado ou valor *de uso* que os objetos, bens culturais ou experiências têm para ele e sim, pela sensação de que ele pode no seu “tempo livre” comprar objetos e serviços e assim atingir uma satisfação, uma felicidade e até uma suposta liberdade, que no fundo revelam-se extremamente subjetivas, individualizadas e limitadas, claramente circunscritas aos limites de classe, o que muitas vezes nem chega a ser percebido.

Pellegrin (2006) nos ajuda a refletir que essa forma de conceber o lazer – o lazer como tempo e espaço para práticas de consumo – retira do cidadão o direito à participação, à criatividade, à autonomia, à transformação e “se vincula necessariamente à condição de classe social dos indivíduos ou grupos, como fator determinante e segregador” (ibidem, p.109).

As políticas públicas para o setor de esporte e lazer no Brasil são exemplo real de como essa perspectiva vem sendo materializada pelo Estado conservador e burguês. Ao longo da história elas têm caracterizado o esporte e o lazer como direito social a partir do entendimento de que estes funcionam como “elemento de compensação e de equilíbrio dos efeitos negativos do mundo industrializado e urbano” (LINHALES, 1997, p. 378).

Dentre as legislações que trataram e tratam do setor esportivo e de lazer no Brasil sob este enfoque, podemos citar o Decreto Lei n.º 3.199/41, a Lei n.º 8672/93 (Lei Zico) e a Lei n.º 9615/98 (Lei Pelé). Elas se caracterizaram pela supervalorização do esporte de alto rendimento, pelo favorecimento de grupos particulares ligados ao setor, pelo empresariamento do esporte e do lazer, pela não garantia de financiamento no âmbito do esporte educacional e de lazer. O resultado deste processo de intervenção pelo Estado provocou a exclusão de milhares de brasileiros do direito ao esporte, assim como ao lazer, promovendo gradualmente a elitização dessas manifestações na sociedade brasileira.

Entendemos que pensar o esporte e o lazer como direitos sociais pressupõe que todo cidadão deve ter acesso aos diversos conteúdos culturais construídos historicamente pelo homem, assim como estes serem reconhecidos também como produtores desses conteúdos.

Ressaltamos que entender o esporte e lazer como direitos sociais, é reconhecê-los como algo a ser conquistado, e não “doador” pelo Estado, em um processo permeado de conflitos e disputa entre as classes e grupos sociais. É tornar possível a compreensão de que o acesso à vivência e criação de formas de vivenciar o esporte e o lazer provém da luta de

[...] sujeitos portadores de uma palavra que exige o seu reconhecimento – sujeitos falantes, como define Ranciére, que se pronunciam sobre questões que lhes dizem respeito, que exigem a partilha e deliberação de políticas que afetam suas vidas e que trazem para a cena pública o que antes estava silenciado, ou então fixado na ordem do não pertinente para a deliberação política. (TELLES, 1999, p. 180)

Para que isto se concretize é necessário que a população perceba o lazer como algo pertinente à sua vida, perceba-o não como algo a ser consumido, mas vivenciado a partir de princípios da liberdade, autonomia, criatividade e do prazer.

É papel do poder público, nas suas diversas instâncias, estabelecer políticas que possibilitem esta apropriação do esporte e do lazer pela população, considerando-os como veículo e objeto de educação, como instrumento de mobilização e participação cultural (MARCELLINO, 1996).

No trato com o lazer é preciso estar atento para que não seja reproduzida sua imagem como produto a ser consumido, tais como os famosos “pacotes” de lazer promovidos por alguns governos. Isso apenas contribui para o afastamento dos sujeitos da cidadania. Como nos afirma Cavalleiro e Salgado (1996, p. 108):

o lazer enquanto direito do cidadão – direito este de intervir na definição e diretrizes que garantam tanto acesso à participação, quanto a criação cultural – colabora para a humanização dos homens e da cidade, mediante a apropriação, a consolidação e a inauguração de novos direitos que perfazem a condição da cidadania.

Pensamos então não ser possível implementar políticas públicas de lazer voltadas à democratização do acesso, à inclusão social, à mudança de cultura política, sem considerar os aspectos acima mencionados. Tratar o lazer na dimensão do direito é considerá-lo como meio de questionamento da atual estrutura social e de reconstrução das normas vigentes na realidade social.

## REFERÊNCIAS

BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Vitória/ES: Ufes, 1997.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em :< [http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.htm](http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2010.

CAVALLEIRO, M.C. SALGADO, M. Diadema: direitos que vamos construindo. In: MARCELLINO. N.C.(org). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. p. 101-115.

LINHALES, Meily Assbú. *Lazer, cidadania e qualidade de vida: reflexões acerca da liberdade e da ação política*. *Licere*, Belo Horizonte, v. 2, n.º1, p.19-30, set. 1999

\_\_\_\_\_. *Políticas Públicas para o esporte no Brasil*. In: Anais do X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, Goiânia: GEP:1997, p. 378, VI.

MARCELLINO. Nelson Carvalho. *Lazer: Formação e Atuação Profissional*. São Paulo: Papirus. 1997

MARCELLINO, N.C. (org). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MOREIRA, Fátima de Souza. Esporte, Lazer e Políticas Públicas. In: FÓRUM MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, 1. Belém, 1999, p. 22-23.

ONFRAY, Michel. *A escultura de si: a moral estética*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

PADILHA, Walquíria. Consumo e Lazer reificado no universo onírico do shopping Center In: \_\_\_\_\_ (org.). *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 126-155.

PELLEGRIN, Ana e. Lazer, corpo e sociedade: articulações críticas e resistências políticas. In: PADILHA, Walquíria. *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 104-125.

TELLES, Vera da S. *Direitos Sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 1999.

## DIAGNÓSTICO DO ACESSO AO ESPORTE E LAZER DA POPULAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Adriane Corrêa da Silva<sup>1</sup>

Bárbara Zorek<sup>2</sup>

Eliane Elicker<sup>3</sup>

Francisco Tadeu Reis de Souza<sup>4</sup>

Jairo Farias Cabral<sup>5</sup>

Jeferson Cardoso da Silva<sup>6</sup>

Leila Aparecida Evangelista<sup>7</sup>

Lílian Catiúscia E. Firme<sup>8</sup>

Missaela Padilha e Silva<sup>9</sup>

### EM CAMPO: O PROCESSO DA PESQUISA

Devido ao modelo de desenvolvimento econômico, político, cultural e social aplicado no Brasil, algumas regiões acabaram

<sup>1</sup> Coordenadora e Professora Adjunta com Mestrado do Curso de Educação Física do Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra-PVH).

<sup>2</sup> Licenciada em Educação Física pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra-PVH) e bolsista desta pesquisa em 2009.

<sup>3</sup> Professora Auxiliar com Especialização do Curso de Educação Física do Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra-PVH).

<sup>4</sup> Professor Dr. do Curso de Educação Física do Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra-PVH).

<sup>5</sup> Bacharel em Educação Física pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra-PVH) e bolsista desta pesquisa em 2009.

<sup>6</sup> Licenciado em Educação Física pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra-PVH) e bolsista desta pesquisa em 2009.

<sup>7</sup> Professora Auxiliar com Especialização do Curso de Educação Física do Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra-PVH).

<sup>8</sup> Bacharel em Educação Física pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra-PVH) e bolsista desta pesquisa em 2009.

<sup>9</sup> Licenciada em Educação Física pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra-PVH) e bolsista desta pesquisa em 2009.

sendo menos favorecidas e até mesmo excluídas de tal crescimento, dentre a qual está à região Norte brasileira.

Sabemos que o acesso aos bens culturais é um dos indicadores de desenvolvimento de uma determinada população (região). Para Marcellino (2008, p. 13), “apesar de tudo, e embora não de modo exclusivo, é particularmente no tempo de lazer que são vivenciadas situações geradoras de valores que poderiam ser chamados de “revolucionários”. E estas situações são poucas diante do necessário, referente às políticas públicas de esporte e lazer em Porto Velho.

Atualmente, não dispomos de informações fidedignas que possam apresentar a dimensão do lazer e o quadro atual dessas políticas na região. Este vazio de informações vem nos mostrar a real situação do esporte e lazer nesta região.

Sendo assim, é preciso verificar como se dá o acesso a tais atividades, bem como conhecer que opções de lazer são desenvolvidas e quais os esportes são mais praticados nesta região entre outros indicadores.

A imprescindibilidade da presente pesquisa reside no fato de que com os resultados obtidos, poderá ser feito um novo modelo gestor de programas de esportes e lazer, e de ações mais eficazes, que atenda diversas faixas etárias, levando em consideração as relações socioculturais.

Para que esse tipo de trabalho seja desenvolvido por meio de políticas públicas, quer seja ele em rede municipal, estadual ou federal, é necessário que haja um compromisso político com a sociedade e com os diferentes segmentos sociais; desta forma, é preciso planejamento, reflexão sobre as demandas, princípios e valores.

Para que fique explícito o que fizemos nesta pesquisa, a seguir está a descrição do processo de pesquisa sabendo que a indagação a qual movimentou nossas ações foi: Como diagnosticar

o esporte e o lazer na região Norte brasileira (Rondônia-Porto Velho) por meio das Políticas Públicas?

#### OBJETIVO GERAL: FASES E METODOLOGIA EMPREGADA NA PESQUISA

Esta pesquisa teve o intuito de diagnosticar o esporte e lazer da população da região norte brasileira (Amazonas, Pará e Rondônia) por meio das políticas públicas.

Segundo Godoy (1995, p.58), existem algumas características na pesquisa qualitativa, as quais nos fundamentamos e assim o autor considera [...] “o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem... e, por fim, teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados.” E ainda buscando o entendimento sobre o método de pesquisa utilizado, nos reportamos ao autor Gil (1999, p. 43) onde o autor relata que “uma pesquisa é de natureza exploratória quando envolve o levantamento de material bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram (ou tem) conhecimento prático com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão”.

Partindo desse contexto exploratório, nós do Iles/Ulbra (Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho/Ulbra) conseguimos efetivar o processo de pesquisa apenas em Porto Velho, das duas localidades sugeridas inicialmente (Porto Velho e Ji-Paraná) devido à limitação orçamentária, pois a pesquisa não contemplava deslocamentos, ficando difícil atender Ji-Paraná.

Diante do exposto indentificamos os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar os setores de políticas públicas, que promovem programas, projetos e ações em esporte e lazer. Como

secretarias de esporte e lazer, de educação, cultura, de saúde, de assistência social, turismo e meio ambiente dos Estados e Municípios/ As ações existem? Em que setor existem? São gerenciadas por quem?

2. Analisar os programas, projetos e ações identificados, considerando:

a) Objetivos (Ação: o que eles querem?) e Metas (Quantificação da ação: quantas pessoas/instituições querem atingir? ).

b) Público Alvo (Quem é? Onde mora? Qual o perfil?).

Atividades (Especificação das ações desenvolvidas considerando os tipos de manifestações, conteúdos culturais / São aproveitadas do que já existe na cultura local?)

c) Metodologia (o público, conselhos e órgãos representativos de classe participam na ação? Como? É uma proposta educativa ou é apenas a oportunidade de praticar atividades do lazer?).

d) Organização do tempo (Quando as atividades são realizadas? Os projetos e ações são eventuais ou ações continuadas? Aproveita o período das manifestações tradicionais? Acontecem nas férias? Nos finais de semana? Em que dia e horário são oferecidas as atividades?).

e) Equipamento e espaço (Onde acontece: é um espaço específico? É adaptado? É multifuncional? É um espaço aproveitado a partir da cultura de manifestação? O espaço aproveita os recursos da natureza?).

f) Gestores, técnicos e agentes envolvidos. ( Qual o perfil?)

g) Parceria. (Mantém relação com outras instituições? Como se relacionam? Convênios? Apoios? Como esses apoios remetem ao acesso?



h) Orçamento financiamento. (Quem financia? Como acontece o financiamento? Qual o impacto da política de financiamento nas ações?).

i) Avaliação e controle (Há comissões de avaliação? Há a participação de conselhos e entidades de controle social? Qual o seu papel? Há grupos representativos das ações na avaliação? Como acontece esta avaliação e controle?).

No que diz respeito ao *procedimento*, estamos trabalhando com a pesquisa exploratória. Em relação às técnicas de pesquisa, trabalhamos com *Observação Direta Intensiva*, utilizando a técnica de entrevista no cumprimento do primeiro objetivo específico.

Na fase inicial de pesquisa para levantamento de setores públicos que efetuam programas, projetos e ações de esporte e lazer foram adotados como indicativos iniciais o universo específico de pesquisa, os setores públicos da área de esporte e lazer.

Para efeito de análise de dados na continuidade da pesquisa serão utilizadas como apoio as categorias: objetivos, público alvo, atividades, metodologia, organização do tempo, equipamentos e espaços; gestores, técnicos e agentes envolvidos, parcerias, orçamento financiamento, avaliação e controle.

Considerando os objetivos da pesquisa, verificamos o caráter delimitador do processo metodológico a ser seguido no trabalho de campo. Assim, o primeiro objetivo específico, ao indicar a busca pela identificação dos setores de políticas públicas que promovem programas, projetos e ações em esporte e lazer, revela o caráter de delimitação do universo de pesquisa pelo mapeamento das instituições que deverão ser investigadas com maior profundidade, pois são as gerenciadoras das ações de esporte e lazer.

O segundo objetivo específico indica a análise dos programas, projetos e ações identificadas a partir de elementos constituintes de suas naturezas como objetivos, metodologias, público

alvo e outros. Este dado revela o caráter delimitador das categorias a ser considerado como locus de observação e identificação de indicativos que permitam avaliar o acesso da população da região Norte do Brasil ao esporte e lazer por meio das políticas públicas, o que se constitui como o objetivo geral da pesquisa.

Assim sendo, dividimos o processo de coleta de dados em duas fases, seguidas dos seus respectivos momentos de análise: A 1ª fase, que se ocupa do primeiro objetivo específico, realizando o mapeamento das instituições a serem analisadas, suas ações e gestores. Dado o fato de se ter coletado já na primeira fase documentos como projetos, relatórios, planos de trabalho e outros, num segundo momento desta fase, haverá a análise do material coletado, assim como, das entrevistas feitas com os gestores, a fim de verificar o potencial deste material para identificação das formas de acesso da população às ações de esporte e lazer.

Na avaliação deste potencial, ao se verificar limite de “falhas” das fontes para tal intenção, um novo roteiro de entrevista semi-estruturada foi elaborado pelos pesquisadores, a fim de funcionar como orientador do novo processo de coleta de dados, a ser realizado na segunda fase junto aos gestores, para fins de consecução dos objetivos pretendidos.

A 2ª fase, consistindo na realização de uma nova coleta, por meio de entrevista aos gestores, corresponde ao levantamento de material detalhado nas categorias indicadas como objetivos, metodologias dos projetos e outros, para fins de cumprimento do segundo objetivo específico, sendo as categorias identificadas na natureza dos projetos, cumpridoras dos detalhamentos deste segundo objetivo específico.

Para coletar os dados na primeira fase, consideramos os seguintes critérios em relação às atividades de lazer: diversão (atividade prazerosa), descanso, desenvolvimento pessoal e social,

não obrigatoriedade (livre escolha), não objetivo de aprimoramento técnico.

Como conteúdo das atividades de lazer considerou-se:

1. Físico-Esportivos: Ginástica, caminhadas, práticas esportivas, jogos, gincanas, lutas, jogos tradicionais etc.

2. Artísticos: Dança, teatro, música, literatura, artes plásticas, artesanato, brinquedoteca, contação de histórias, manifestações artísticas da cultura popular, espetáculos, oficinas artísticas abertas e espontâneas, entre outros.

3. Intelectuais: Leituras, visita a museus, palestras (abertas para participação espontânea), exposições, entre outros.

4. Turísticos: Passeios orientados, visitas para conhecer parques, patrimônios históricos materiais e imateriais, cidades, sítios arqueológicos, manifestações populares locais, festas tradicionais, entre outros.

5. Manuais: Confecção de brinquedos, artesanatos manuais, colagem, jardinagem, entre outros.

6. Sociais: Festas, encontros recreativos, festivais, manhãs alegres, ruas de lazer, entre outros.

Como delimitação das atividades esportivas considerou-se:

1. De Rendimento: Esporte de modalidades olímpicas cujo objetivo é o treinamento de atletas para consecução de alta performance objetivando competições.

2. Educacional: Atividades de vivências educacionais em esporte cujo objetivo é a educação pelo esporte para a formação humana, com frequência obrigatória, voltada para o público escolar.

3. De Lazer: Atividades de vivências livres de esporte recreativo com não obrigatoriedade de frequência, podendo ser eventual ou regular.

A partir destes entendimentos encerramos o processo de pesquisa e a partir de agora, situaremos o leitor quanto a área geográfica, características demográficas, socioeconômicas, ambientais e culturais da população a qual foi pesquisada.

#### ÁREA GEOGRÁFICA, CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS, SOCIOECONÔMICAS, AMBIENTAIS E CULTURAIS.

A povoação de Porto Velho teve início em 1907 com a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, consequência do tratado de Petrópolis, celebrado entre o Brasil e a Bolívia, no ano de 1903. Sua primeira denominação foi "Porto do Velho" pelo fato de residir o velho Pimentel, um dos primeiros moradores da região.

O Município de Porto Velho, na época ainda pertencente ao Estado do Amazonas, foi criado em 2 de outubro de 1914 e instalado em 24 de janeiro de 1915. No ano de 1943, Porto Velho foi escolhido para ser a capital do recém-criado Território Federal do Guaporé. Essa condição manteve-se até 1956, quando aconteceu a mudança do nome para Rondônia, em homenagem ao Marechal Cândido Rondon e em 1981, foi criado o Estado de Rondônia.

A cidade é formada por planícies, com serras relativamente baixas. Com temperatura média acima dos 28°C, Porto Velho é uma cidade quente, apresentando elevada umidade relativa e chuvas abundantes.

O município é coberto pela floresta equatorial. Banhada pelo Rio Madeira, principal braço direito do rio Amazonas. Porto Velho conta com três áreas de terras indígenas: Karitiana, Kaxaraxi e Karipunas. O município possui uma área de 34.068,54 km<sup>2</sup> e um total de 12 distritos, onde vive uma população de 382.829 habitantes, conforme IBGE 2009. Porto Velho fica localizado: Ao Norte, Estado do Amazonas; Ao Sul Município de Nova Mamoré e Buritiz; Ao Leste, Município de Candeias do Jamari

e Alto Paraíso; Ao Oeste, Município de Nova Mamoré, Rep. Bolívia e Estado do Acre.

Em 2009, Rondônia completou vinte e sete anos como Estado. Contudo, já em 1998 ostentava a sétima posição entre os mais ricos Estados, segundo Atlas do Mercado Brasileiro.

O crescimento trazido pela migração iniciada na década de 70, mais rápido que o esperado pelos próprios rondonienses, pode ter custado ao Estado, problemas de natureza ambiental, mas é inegável que ele mais ganhou do que perdeu com o progresso.

Alguns aspectos evidenciam isso, como a expectativa de vida dos cidadãos de Rondônia, que é dois anos acima da média nacional para homens e quatro anos para as mulheres. E no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, a nota recebida pelo Estado é 0,776 em 2005, ficando o Estado no décimo quarto lugar do "ranking". Em 1996, sua nota era de 0,715 quando figurava em décimo quinto lugar. Considerando-se que o Estado de Rondônia ainda é muito jovem, vislumbram-se inúmeras possibilidades em todos os segmentos sociais, indicadores do quanto há para ser construído frente as suas possibilidades.

Almejando grandes transformações, Porto Velho – capital do Estado é ainda via fluvial-terrestre, ponto de passagem e ligação entre a região Norte e as demais regiões brasileiras.

Podemos, portanto, constatar que a área de alcance do Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra) extrapola os limites municipais, fato que favoreceu amplas demandas para o ensino superior, uma vez que 12.724 alunos, concluem o ensino médio anualmente em Porto Velho e o ensino fundamental possui 78.659 alunos matriculados, conforme IBGE 2009.

O Estado de Rondônia faz parte da Amazônia brasileira e situa-se na parte oeste da região Norte do Brasil. Sua origem está

vinculada à criação da Capitania de São José do Rio Negro em 1755, quando sua agricultura começou a se desenvolver.

O Estado limita-se ao norte e nordeste com o Amazonas, a leste e sudeste com o Mato Grosso, a oeste com a República da Bolívia, e a noroeste com o Estado do Acre, perfazendo uma extensão territorial de 238.512,8 km<sup>2</sup>, correspondente a 6,79% da região em que se insere e a 2,86% do território nacional.

A evolução político-administrativa de Rondônia inicia-se, de fato, em 1943, ano em que o então presidente da República, Getúlio Vargas, criou cinco territórios para garantir a segurança das fronteiras do Brasil: Ponta Porã, Iguaçu, Rio Branco, Amapá e Guaporé. Em fevereiro de 1956, o Território Federal do Guaporé passou a designar-se Território Federal de Rondônia em homenagem ao sertanista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

O Estado de Rondônia foi criado em 22 de dezembro de 1981, por meio da Lei Complementar n.º 041, e foi instalado em 4 de janeiro de 1982, época em que o Estado encontrava-se dividido em treze municípios. Na atualidade o Estado de Rondônia está dividido em 52 municípios, conforme mapa.

Segundo dados atuais do IBGE, Rondônia possui uma população de 1.379.787 habitantes, distribuídos em 52 municípios, sendo que os mais populosos são Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Vilhena, Jaru, Rolim de Moura, Guajará-Mirim, Ouro Preto do Oeste e Pimenta Bueno.

A construção do porto graneleiro na capital de Porto Velho, em 1995 e a abertura, em 1997, da hidrovia do rio Madeira, mudaram o perfil econômico de Rondônia. Com 1.115 km, a hidrovia liga a capital ao Porto de Itacoatiara, no Amazonas, barateando o transporte de seus produtos agrícolas, Rondônia abastece outras regiões com feijão e milho, destacan-

do-se também como produtor nacional de cacau, café robusto, arroz, soja e gado. Atualmente, vive mais uma mudança histórica com a chegada de duas usinas hidrelétricas.

### O QUE REVELAM OS DADOS

Considerando que a pesquisa realizada pelo ILES/ULBRA (Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho – ULBRA) através do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física/Rondônia (GEPEF/RO) se propôs a identificar as condições de acessibilidade dos programas, projetos e ações de esporte e lazer das políticas públicas do Estado de Rondônia, em particular de Porto Velho; os resultados apresentados seguirão basicamente as categorias de análise apresentadas no item metodologia, a saber: público alvo, participação popular e relação espaço e equipamentos de lazer. Estas categorias foram as mais evidentes no processo de investigação, porém emergiram carências quanto ao acesso, público alvo e espaços e equipamentos de lazer nas Secretarias pesquisadas: Secretaria Estadual de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL) e Secretaria Municipal de Esportes (SEMES).

### TRILHANDO O CAMINHO DE INVESTIGAÇÃO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/ RO.

Na análise dos dados da Secretaria Municipal de Esportes (Semes) as atividades de esporte e lazer foram bem desenvolvidas no ano de 2008 no Município de Porto Velho, conforme análise. Apesar disso, houve uma ênfase em esporte de rendimento, fugindo assim, do foco da pesquisa que busca um esporte cooperativo e de confraternização, não somente a competição que está intrínseca no esporte.

Observamos que não há concordância total dos projetos com os conceitos das variáveis do presente trabalho, onde acesso é visto como uma forma fácil de chegar a um determinado local; esporte é tido igual uma ferramenta de integração social e agente promotor de saúde; e lazer como uma atividade prazerosa, praticada em um tempo livre (esta é a que mais se aproxima do conceito da pesquisa).

Essa justificativa está em consonância com Barreto (2001, p. 1) “o esporte pode ser encarado, dentro de outras ópticas, tanto quanto o esporte veiculado nas mídias, como uma atividade dentro de um grupo de amigos (na escola, na rua ou qualquer lugar)”.

A modalidade esportiva mais praticada foi o futebol (resultado já esperado), além de algumas atividades desportivas voltadas para o esporte de rendimento, a recreação, o lazer e o turismo (essas três últimas atividades são desenvolvidas em menores proporções). Outras modalidades esportivas deveriam ser trabalhadas, além do futebol.

As opções de lazer desenvolvidas giram em torno do projeto “Ruas de lazer” e dos “Festivais de praia de Jacy Paraná e Fortaleza do Abunã”. Estas duas propostas são altamente fidedignas aos seus conceitos e vão de encontro à idéia da pesquisa, que define lazer como uma atividade prazerosa praticada em um tempo livre, conforme Marcellino (2008).

Devido a sua importância no campo do lazer, esses projetos devem ser expandidos e desenvolvidos com maior frequência, aos finais de semana nas escolas da comunidade, por exemplo, ruas de lazer feito nas escolas em horário alternativo.

Os projetos de políticas públicas desenvolvidos no município alcançam as áreas de lazer, esporte e turismo. As políticas públicas são as ferramentas utilizadas para viabilizar os projetos da Semes, e conforme Marcellino (2001, p. 90) “a expressão ‘po-

lítica pública de lazer', por si só demanda relevantes estudos no sentido da explicitação de uma dada compreensão de política, de público e de lazer".

Ao término da pesquisa, podemos constatar que as atividades de esporte desenvolvidas por meio das políticas públicas, pouco contemplam a visão do que se espera de uma política pública, porém, as atividades de lazer estão próximas do que a pesquisa investiga, visto que suas atividades são desenvolvidas no tempo livre, aos finais de semana. Ou seja, quando falamos de tempo livre estamos nos referindo aos, feriados, aos finais de semana, e ou qualquer desocupação que o indivíduo venha a ter durante sua jornada de trabalho. Sobre essa temática Marcellino (1995, p. 38) tem o seguinte olhar:

Porém esse tempo livre não deve ser considerado uma maravilha. Mesmo vindo carregado de virtualidades, de enormes expectativas da sua utilização de maneira prazerosa e de satisfação intrínseca, e da busca de relações sociais mais verdadeiras e gratificantes, da possível chance de se criar algo, de pensar, além de tantas outras aspirações que compõem o imaginário do indivíduo comum, esse tempo tem seus limites. Muito mais que na hora do trabalho em que nos encontramos extremamente ocupados, é no tempo livre que nos deparamos com a grandeza ou com a miséria de nossa existência. Temos com esse tempo a oportunidade, ainda que temporariamente, de vislumbrar a liberdade, nossos talentos, nossas emoções e agora que estamos com tempo livre não se-

ria uma constatação muito agradável entrever que não podemos usá-lo da maneira que queríamos e isso nos leva a pensar no quanto de fantasias temos sobre nós mesmos e o tanto que estamos ou somos despreparados para enfrentar um período que nada nos exige.

Pudemos observar que, apesar de o lazer estar ligado a um período de tempo onde nós estamos desocupados, ainda assim é necessário estarmos preparados para ele, pois com tanto tempo livre, teremos como pensar em questões que aparentemente não nos afetam enquanto estamos trabalhando. Mais quando nos concentramos nelas, nos deparamos com um misto de sentimentos confusos e vemos que para podermos usufruir bem desse tempo livre é preciso estar com a cabeça boa, ou seja, com pensamentos puros ou nosso entender apenas sentindo-se bem.

Sendo assim, recomendamos que para o acesso, haja disponibilidade de transporte coletivo nos dias dos eventos, ou seja, que as secretarias por meio das políticas públicas, coloquem à disposição da população interessada, meios para que estes cheguem aos eventos. Isto poderia se estender e vigorar todos os domingos. Por exemplo: linhas de ônibus que passem por locais como (Museu da Madeira Mamoré, Casa de Cultura Ivan Marrocos, a Praça das 3 Marias (três Caixas d'água), Estádio Aluísio Ferreira, Ginásio Cláudio Coutinho) e tivessem suas passagens gratuitas nos domingos ou quando nesses lugares fosse palco de alguma atividade desenvolvida pelas secretarias ou outro órgão público (municipal/estadual).

Com o esporte, sugerimos a alteração do formato das atividades desenvolvidas, que em sua maioria favorecem a prática do futebol, deixando de lado outras modalidades.

Ao contrário do que vem sendo feito com o interbairros em Porto Velho, por exemplo, que envolve apenas uma modali-

dade, poderia ser feito uma grande gincana, onde além do futebol os moradores de todas as idades participariam, acentuando assim, o caráter social e integrador do esporte. Esta mudança seria por intermediário da implantação de atividades recreativas como (a queimada, o cabo de guerra, rouba-bandeira) além de concursos de dança (para o pessoal da terceira idade) e apresentação teatral para as crianças.

Já com o lazer, a proposta é um pouco mais audaciosa. Com tantos eventos para serem realizados, é preciso que haja uma divulgação nos meios de comunicação, para que a população fique ciente das datas, locais e programação das atividades, portanto, a criação de uma rede de TV comunitária seria imprescindível para aumentar o prestígio dos participantes. Tal sugestão se dá por entender que uma pessoa ao assistir um jogo de futebol do seu time do coração na TV aberta, está praticando o lazer em sua essência. Ao invés de assistir seu time favorito, se ele estivesse assistindo seu vizinho, filho, amigo, enfim, seria tão bom para quem assiste quanto, para quem está vivendo o espetáculo.

Para que estas sugestões se tornem reais, é preciso que a política pública seja trabalhada visando alcançar o contexto desejado a partir de um olhar coletivo, desde o início do processo de planejamento até sua execução e avaliação.

Ao término da pesquisa, podemos constatar que as atividades de esporte e lazer desenvolvidas por meio das políticas públicas, pouco contemplam a visão do que se espera de uma política pública.

Tal alegação é feita devido a não concordância dos projetos com os conceitos das variáveis do presente trabalho, onde acesso é visto como uma forma fácil de chegar a um determinado local; esporte é tido como uma ferramenta de integração social e agente promotor de saúde; e lazer como uma atividade prazerosa,

praticada em um tempo livre, sabendo que esta variável foi a que mais se aproximou da proposta desta pesquisa.

#### TRILHANDO O CAMINHO DE INVESTIGAÇÃO JUNTO À SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA ESPORTE E LAZER (SECEL) DE PORTO VELHO/ RO.

Na análise dos dados da Secretaria Estadual de Cultura, Esporte e Lazer (Secel) as atividades de esporte e lazer foram bem variadas no ano de 2008. Conforme análise, houve ênfase na iniciação esportiva, esporte de rendimento, apoio nos festivais de praia junto ao município e implantação do projeto em parceria com o Ministério dos Esportes: descoberta de talentos esportivos.

A intenção do projeto “Descoberta de Talentos Esportivos” visa atender todo o Estado, mas atualmente atende a capital (Porto Velho) especificamente 28 escolas. Nesta atividade é feita avaliação física com alunos de sete a 17 anos, com o objetivo de detectar talentos esportivos e encaminhar ao Ministério dos Esportes os resultados finais.

Além do projeto “Descoberta de Talentos Esportivos” a Secretaria Estadual de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL) têm cursos básicos de capacitação, para profissionais de educação Física e para acadêmicos envolvidos em programas (os técnicos). A intenção desses cursos é para capacitar os profissionais e acadêmicos envolvidos, visto que a secretaria dá suporte técnico, administrativo e organizacional aos municípios nas modalidades futebol, voleibol, basquetebol, futsal e handebol.

Os cursos de arbitragem são feitos em parcerias com as federações do Estado por saber que os árbitros são do quadro nacional e assim, se valoriza a arbitragem estadual. Diante do quadro, o futebol continua sendo a modalidade mais praticada. Somente neste ano de 2008 foram 180 equipes masculinas e

20 femininas totalizando 200 equipes inscritas no Campeonato Interbairros de Porto Velho, e em Ji-Paraná foram 110 equipes inscritas. No campeonato noturno de Ouro Preto do Oeste foram 63 equipes inscritas no masculino, oito equipes no máster e seis no feminino. Além do campeonato amador a Secretaria apóia o futebol profissional através da Copa Rondônia que está em andamento desde 2003.

Além das modalidades esportivas existe na capital seis Cedel (Centro Esportivo de Lazer) os quais são pontos de atividades recreativas, esportivas e de lazer localizados no Bairro Embratel, no Cohab, no Areal da Floresta, JK, Ulisses Guimarães e no Bairro Areal, onde são atendidas as crianças da comunidade.

Os projetos de políticas públicas desenvolvidos pelo Estado alcançam a área de esporte não deixando aparente nesta investigação como é feito o planejamento, a execução e avaliação do atendimento ao lazer. Na fala do responsável pela informações coletadas, as políticas públicas são as ferramentas utilizadas para viabilizar os projetos da Semes.

Ao término desta investigação, podemos constatar que as atividades de esporte foram de certa forma contemplada na pesquisa, porém as atividades de lazer precisam ser desenvolvidas de forma prazerosa e satisfatória. Ou seja:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1976, p. 37).

Dessa maneira podemos considerar o lazer como sendo qualquer atividade voluntária que não seja profissional e nem afazeres do lar, nesta perspectiva [...] “o lazer é um conjunto de atividades [...] voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizados num tempo livre, roubado ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstico e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.” (CAMARGO, 1989, p. 48).

#### ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO

Espaço e equipamentos são componentes importantes de uma política pública de esporte e lazer, estando sempre em constante transformação. Por sua vez os equipamentos não podem ser visto apenas como centros de consumo, como muitas vezes acontece com os shoppings centers.

O espaço pode ser entendido como um suporte para os equipamentos, e os equipamentos compreendidos como os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade; desta forma compreendemos que é possível exercer atividades de lazer sem um equipamento, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço. (MARCELLINO, 2008).

O espaço para o lazer é o espaço urbano como afirma Marcellino (2008), no ponto de vista da democratização do lazer se tratando dos espaços. Todos os lugares com os quais nos relacionamos podem ser considerados equipamentos por excelência, e todo o tempo em que nós estamos ligados a estes lugares pode nos gerar sentimentos de bem-estar, do contemplar, do valorizar.

Mas com o crescimento da população observamos que não houve um crescimento de infraestrutura adequada na mesma pro-

porção. Criaram-se de um lado os grandes polos nobres com seus teatros, cinemas, bibliotecas e por outro lado os subúrbios e favelas, já estes com ausência desses equipamentos. (Marcellino, 2008).

As características físicas dos equipamentos, a sua demanda e o que eles oferecem vêm em classificação como específicos e não específicos os objetos a que se destinam, geralmente estão sob o comando de alguma instituição, organização ou grupo social, sendo estas públicas, privadas ou mistas.

Dentro do aspecto espaço de lazer ainda podemos citar: o espaço da habitação, dos percursos, da escola e o espaço do trabalho.

A cidade, como paisagem artificial criada pelo homem, é um mundo de ruas e edifícios, de objetos e imagens, é um campo semântico de sinais, injunções e solicitações. O solo, o ambiente e a paisagem urbana modificam-se brutalmente e a paisagem urbana começa por redimensionar seu tempo total, suas 24 horas diárias. Este tempo total vai ser composto por tempo de trabalho, tempo liberado do trabalho e tempo livre. O uso desses tempos define o modo de vida e o relacionamento entre os habitantes das urbes. É no tempo social que o ser humano tem a possibilidade de decodificar os espaços da cidade. (MOTA, 2008, p. 35).

Marcellino (2001, p. 126) faz uma importante colocação sobre o espaço como elemento do lazer:

O espaço, como um dos elementos fundamentais para a vivência do lazer, deve estar situado com grande relevância a partir da política urbanística da cidade. O que significa dizer, que é necessário haver políticas

integradas de diversas áreas para que seja possível a estruturação de espaços para o viver mais humano, onde as pessoas se vejam, se reconheçam, compondo-o, onde a história do povo, que vem sendo negada, esteja refletida nos prédios, ruas, praças, quadras e campos da cidade, como símbolo de resistência.

Em análise sobre os espaços, a ideia de que eles aproximam as pessoas umas das outras, em determinado objetivo e com interesses predominantes dentro de cada contexto Mota (2008, p. 38) relaciona estes interesses dos sujeitos em seus respectivos espaços e equipamentos no momento de lazer:

Espaços dos interesses sociais – É quando os sujeitos se propõem a estarem juntos, face a face, e relacionarem-se, antes de tudo que possa acontecer decorrente do encontro.

Espaço de interesse físico – Quando a proposta é feita em função de atividades corporais onde prevaleçam os exercícios do corpo.

Espaço dos interesses intelectuais – Tem como primeira instância o desenvolvimento do domínio cognitivo na atividade, não considerando o elemento criativo e sim, o concreto, o racional, o lógico.

Espaços de interesses manuais – Expressam-se por atividades em que a manipulação é observada de forma plena. Objetos, animais e plantas.

Espaços e interesses artísticos – Onde o pro-



porção. Criaram-se de um lado os grandes polos nobres com seus teatros, cinemas, bibliotecas e por outro lado os subúrbios e favelas, já estes com ausência desses equipamentos. (Marcellino, 2008).

As características físicas dos equipamentos, a sua demanda e o que eles oferecem vêm em classificação como específicos e não específicos os objetos a que se destinam, geralmente estão sob o comando de alguma instituição, organização ou grupo social, sendo estas públicas, privadas ou mistas.

Dentro do aspecto espaço de lazer ainda podemos citar: o espaço da habitação, dos percursos, da escola e o espaço do trabalho.

A cidade, como paisagem artificial criada pelo homem, é um mundo de ruas e edifícios, de objetos e imagens, é um campo semântico de sinais, injunções e solicitações. O solo, o ambiente e a paisagem urbana modificam-se brutalmente e seu habitante começa por redimensionar seu tempo total, suas 24 horas diárias. Este tempo total vai ser composto por tempo de trabalho, tempo liberado do trabalho e tempo livre. O uso desses tempos define o modo de vida e o relacionamento entre os habitantes das urbes. É no tempo social que o ser humano tem a possibilidade de decodificar os espaços da cidade. (MOTA, 2008, p. 35).

Marcellino (2001, p. 126) faz uma importante colocação sobre o espaço como elemento do lazer:

O espaço, como um dos elementos fundamentais para a vivência do lazer, deve estar situado com grande relevância a partir da política urbanística da cidade. O que significa dizer, que é necessário haver políticas

integradas de diversas áreas para que seja possível a estruturação de espaços para o viver mais humano, onde as pessoas se vejam, se reconheçam, compondo-o, onde a história do povo, que vem sendo negada, esteja refletida nos prédios, ruas, praças, quadras e campos da cidade, como símbolo de resistência.

Em análise sobre os espaços, a ideia de que eles aproximam as pessoas umas das outras, em determinado objetivo e com interesses predominantes dentro de cada contexto Mota (2008, p. 38) relaciona estes interesses dos sujeitos em seus respectivos espaços e equipamentos no momento de lazer:

Espaços dos interesses sociais – É quando os sujeitos se propõem a estarem juntos, face a face, e relacionarem-se, antes de tudo que possa acontecer decorrente do encontro.

Espaço de interesse físico – Quando a proposta é feita em função de atividades corporais onde prevaleçam os exercícios do corpo.

Espaço dos interesses intelectuais – Tem como primeira instância o desenvolvimento do domínio cognitivo na atividade, não considerando o elemento criativo e sim, o concreto, o racional, o lógico.

Espaços de interesses manuais – Expressam-se por atividades em que a manipulação é observada de forma plena. Objetos, animais e plantas.

Espaços e interesses artísticos – Onde o pro-

duzido gera encantamento, mostra uma sensação de quem o produz universo estético feito de imagens e emoções, de sentimento e imaginário.

Espaços de interesses turísticos – Têm como finalidade: mudança e paisagem, ritmo (saída do cotidiano), observação e sensação de outros estilos de vida, e também o turismo social se caracterizando por uma dimensão menor.

Temos uma adversidade quando se fala em equipamento, é muito bem mencionado por Mota (2008, p. 42) afirmando que: “muitas vezes, as distâncias a serem percorridas entre os equipamentos e os usuários fazem com que se gaste muito tempo”. Ainda para o autor (p. 41), afirma que:

Todo equipamento está situado, de alguma maneira, dentro de uma certa proximidade de setores residenciais ou projetado para que determinada população usufrua de suas instalações. Sabemos da falta de uma política de animação cultural para o lazer, utilizando esses equipamentos, e naturalmente uma preocupação com a manutenção e preservação dos mesmos, variando um pouco com a realidade à qual pertencem: públicos, de responsabilidade municipal, estadual ou federal, semipúblicos ou mistos, recebendo incentivo das mais diversas formas de parceria e privados, na maioria dos casos tendo como preocupação o retorno financeiro.

Verificamos que os espaços de lazer são criados e proje-

tados para o uso público, porém, estes mesmos necessitam de reformas ou manutenção para serem utilizados, sendo assim, teremos a importância de um poder público atuante e atento aos anseios da população. Vemos por meio de Marcellino (2008) a importância do poder público nas questões relacionadas aos espaços públicos.

Para Marcellino (2008, p. 135), “é preciso que o poder municipal entenda a importância dos espaços urbanos de lazer nas cidades, antes que empresas se transformem em produtos acessíveis somente a classes sociais mais altas”.

Mota (2008), traz a importância da atuação do poder público em relação aos espaços e equipamentos afirmando que no setor público as iniciativas dependem de ações de articulação muitas vezes difíceis de serem transpostas, pois o município depende do Estado e este depende do País, dentro desta hierarquia, conhecemos alguns exemplos de equipamentos cujo estado de conservação e animação mostra exatamente como essa dependência nem sempre funciona como auxílio de uma pela outra.

Entendemos então, a necessidade do poder público compreender a importância dos espaços urbanos de lazer nas cidades, os equipamentos de lazer, os espaços de convívio, para que não sigam uma tendência à privatização passando a serem mercadorias.

Segundo Marcellino (2008, p. 136), “um dos fatores mais importantes para o crescimento do ‘lazer mercadoria’ em detrimento do lazer de criação e participação culturais é a falta de espaços vazios urbanizados”.

Werneck e Isayama (2003), destacam que a inovação nas políticas pública de lazer também está associada à construção de novos espaços públicos, isto é, a construção de locais onde se negociam os interesses públicos e que permitem o desenvolvimento das atividades físicas e de lazer.

Fenômeno observável em vários países e no Brasil as “Praças de Esporte” ou “Centro de Recreio,” dando continuidade a uma tradição de organização de espaço público de lazer, típica da modernidade, foram melhor estruturados por volta da transição das décadas de 20 a 30, em plena consonância com o contexto sociopolítico da época (WERNECK E ISAYAMA 2003, p. 59).

Do ponto de vista dos dias atuais, a única certeza que temos é a de que o lazer deve acontecer vinculado ao esporte, em um local que acolha essa proposta como as Secretarias de esporte e lazer.

Em seguida veremos algumas praças e complexos esportivos da cidade de Porto Velho e algumas observações feitas por visita, ilustradas por imagem, conforme segue:

**Praça Aluízio Ferreira (Figura 1)** – localizada entre a Av. Farquar e a rua Pinheiro Machado em frente ao Ginásio Municipal de Esporte, Cláudio Coutinho. Este espaço foi recentemente revitalizado, dispondo em sua ampla área, várias árvores, um local coberto, bancos para sentar, totalmente calçada em sua extensão e possui fácil acesso por vias urbanas. Visita realizada no dia 6/4/2009.



Figura 1 - Praça Aluízio Ferreira

**Complexo de Atividade Física Espaço Alternativo (Figura 2)** – Localizada na avenida Jorge Teixeira, próximo do aeroporto. Esta área é disponibilizada a partir das 16h para a prática de exercícios físicos, práticas esportivas e momentos de lazer, possuindo em sua estrutura a via de asfalto de aproximadamente 2,5 quilômetros de distância e alguns acessórios de esporte como: barra fixa, mesa para abdominais, barras paralelas, etc. Trata-se de uma das pistas que compõe a BR - avenida Jorge Teixeira que dá acesso ao Aeroporto Internacional de Porto Velho.



Figura 2 - Complexo de Atividade Física Espaço Alternativo

**Complexo de Atividade Física da Av. José Vieira Caúla (Figura 3)** – Recentemente revitalizado e em boas condições físicas o complexo de Atividade Física da Vieira Caúla está localizado no bairro Cuniã, na av. José Vieira Caúla com Av. Guaporé. Em sua infraestrutura este espaço possui pista de *Cooper*, *skate park* e grande área arborizada de fácil acesso e utilização. Em sua totalidade encontramos vários equipamentos como churrasqueira, área coberta, playground e campo e futebol. Visita realizada no dia 6/4/2009.

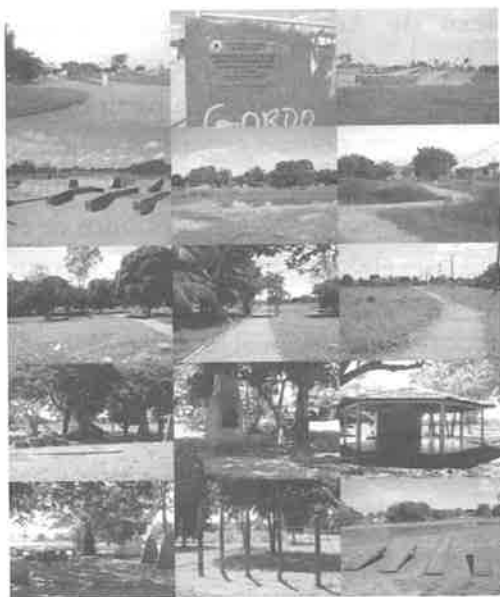


Figura 3 - Complexo de Atividade Física da av. José Vieira Caúla



Figura 4 - Complexo de Atividade Física Abóbora

**Complexo de Atividade Física Abóbora (Figura 4)** – Que se localiza no bairro Cohab Floresta, entre as ruas Abóbora e rua Alamanda. Trata-se de uma praça em completo abandono; dentro da sua área física ela comporta uma sede de associação cujo nome é: Associação Desp. e Cult. Do Conj. Hab. Cohab Floresta – Adecof, um campo de futebol e uma suposta quadra poliesportiva que não possui qualquer marcação de modalidade esportiva, possuindo apenas tabelas de basquete. Possui ainda em sua volta calçadas delimitando sua área total. Visita realizada em 7/4/2009.

**Praça do Cedel (Figura 5)** – localizada na av. Três e meio entre a rua das Crianças, no bairro Floresta, Trata-se de uma praça municipal que se encontra com uma placa que aparenta algum tempo que está ali, se referindo a projeto de revitalização da área, entretanto, a praça do Cedel se encontra em abandono, pois não possui iluminação, nenhuma árvore, sua pista de caminhada está com buracos, possui uma quadra poliesportiva e um campo de futebol, quadra de areia, *Playground*, áreas cobertas modelo chapéu de palha, possui também um *Skate Park*. Visita realizada em 6/4/2009.



Figura 5 - Praça do Cedel

**Praça do Conjunto Santo Antônio (Figura 6)** – localizada no conjunto Santo Antônio, na zona Norte da Capital, entre as ruas Salgado Filho e Getúlio Vargas. Esta praça municipal dispõe de três quadras poliesportivas, iluminação, pista de *Cooper*, campo de futebol e bancos para se sentar, algumas árvores produzem sombra na pista de *Cooper*. Visita realizada no dia 7/4/2009.



Figura 6 - Praça do Conjunto Santo Antônio

**Complexo Poliesportivo Deroche Pequeno Franco (Figura 7)** – Localizado no bairro Caiari, entre as ruas Pinheiro

Machado e a Presidente Dutra, ao lado do Ginásio Municipal de Esporte Cláudio Coutinho. Este espaço rico em estrutura física comporta áreas arborizadas, pista de *Cooper* e quadras poliesportivas, campo de futebol, quadra de areia, *Playground*, área de treinamento esportivo, sua localização e acesso fácil fazem deste local ponto de encontro para práticas esportivas e de lazer. Visita realizada no dia 6/4/2009.



Figura 7 - Complexo Poliesportivo Deroche Pequeno Franco

**Núcleo de Esporte Recreativo e de Lazer (Figura 8)** – Localizado na av. Jatuarana, no bairro Jardim Eldorado, este espaço compreende um campo de futebol com vestiário, *Playground*, pista de *Cooper*, banco para se sentar com mesas. As mesas possuem desenhos de tabuleiros de dama ou xadrez, área não arborizada e de grande fluxo de automóveis e pedestres. Visita realizada no dia 6/4/2009.



Figura 8 - Núcleo de Esporte Recreativo e de Lazer

**Praça Jonatthas Pedrosa (Figura 9)** – localizada na rua Sete de Setembro, atualmente revitalizada, esta praça e de fácil acesso, porém esta localizada na área comercial do município de Porto Velho por isso existe grande concentração de vendedores ambulantes e a poluição sonora é grande, em sua infraestrutura a praça contém bancos para se sentar, algumas árvores e em sua total extensão e lajotada e calçada. Visita realizada no dia 7/4/2009.



Figura 9 - Praça Jonatthas Pedrosa

**Praça Walter Salles – BAÚ (Figura 10)** – Esta praça mais conhecida como Praça do Baú está atualmente em processo de revitalização. Localiza-se na av. Sete de Setembro com Rogério Weber, Bairro Mucambo. Visita realizada no dia 7/4/2009.



Figura 10 - Praça Walter Salles (BAÚ)

**Praça Madeira Mamoré (Figura 11)** – Seu acesso se dá pela av. Farquar, esta praça que faz parte de um complexo cultural e turístico de Porto Velho, atualmente se encontra em pleno abandono; o mato toma de conta da área da praça, a área é bem ampla com várias árvores e pista de *Cooper*, porém atualmente serve de morada de animais e mendigos que ali desfrutam do abrigo das árvores e das obras históricas do complexo turístico Madeira Mamoré. Visita realizada no dia 7/4/2009.



Figura 11 - Praça Madeira Mamoré

**Praça da Pirâmide (Figura 12)** – localizada na rua Jatuarana, bairro Conceição, essa praça municipal em virtude do crescimento comercial daquela localidade perdeu seu aspecto, pois árvores foram substituídas por lanchonetes; o fluxo de automóveis é grande, a poluição sonora das lojas é pesada devido seus anúncios e ofertas e, este espaço se encontra em abandono total. Visita feita no dia 6/4/2009.



Figura 12 - Praça da Pirâmide

**Praças das Três Caixas D' Águas (Figura 13)** – localizada na av. Carlos Gomes, centro de Porto Velho. Considerada como cartão-postal da cidade de Porto Velho. A praça dispõe de uma área arborizada, totalmente lajotada e com calçadas, bancos para se sentar e uma área ampla e um estilo próprio. Visita realizada no dia 6/4/2009.



Figura 13 - Praças das Três Caixas d' águas

**Complexo Esportivo Floresta (Figura 14)** – Este complexo está localizado na av. Jatuarana esquina com rua Sucupira, bairro Cohab Floresta e, trata-se de um local amplo, bem arborizado e fácil acesso. Dispõe de pista de *Cooper*, uma quadra poliesportiva, campo de futebol de areia, quadra de voleibol e *play-ground*. O complexo se encontra em mau estado de conservação. Visita realizada no dia 7/4/2008.



Figura 14 - Complexo Esportivo Floresta

**Praça Getúlio Vargas (Figura 15)** – Esta praça municipal está localizada entre as avenidas Presidente Dutra e José de Alencar, bairro Mucambo na área comercial de Porto velho. Esta é uma Praça pequena contendo apenas bancos para se sentar, calçadas e lajotas, boa iluminação e sua localização favorece o acesso.

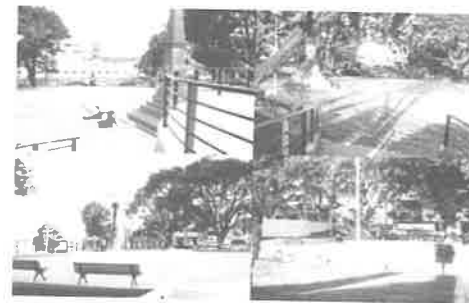


Figura 15 - Praça Getúlio Vargas

**Praça da Floresta (Figura 16)** – A praça da Floresta assim como é conhecida está situada na avenida Campo Sales com rua das Mangueiras. Esta praçinha assim denominada por populares, possui em sua área algumas árvores, bancos para se sentar e é totalmente calçada com lajotas sendo que, o fluxo de veículos e carros é grande na área da Praça da Floresta.



Figura 16 - Praça da Floresta

Enfim, o resultado desta pesquisa, visa subsidiar o poder público, universidades e áreas afins, com dados seguros para a implantação e elaboração de políticas públicas de esporte e lazer, que possam colaborar para uma vida mais ativa e saudável da população do Município de Porto Velho.

#### REFERÊNCIAS

- BARRETO, Selva Maria Guimarães. Esporte e Saúde. *Revista eletrônica de ciências*, 2001.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, Abril, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 11 de dezembro de 2009.

INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR DE PORTO VELHO. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física 2010*. Porto Velho, 2010.

MARCELLINO, Nelson Carvalho; ZINGONI, Patrícia; PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. *Como fazer projetos de lazer: Elaboração, execução e avaliação*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Políticas públicas de lazer*. São Paulo: Alínea, 2008.

MATTOS, M.G; ROSSETTO JÚNIOR, A.J; BLECHER, S. *Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física: construindo sua monografia, artigo científico e projeto de ação*. São Paulo: Phorte, 2003.

\_\_\_\_\_. *Lazer e esporte*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

\_\_\_\_\_. *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

MOTA, Vanderlan Santos. *Espaços Públicos de Lazer em Manaus: O papel das políticas públicas*. Manaus, AM: Valer, 2008.